



Processo digital trará economia, celeridade e respeito ao meio ambiente



O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Barreto Dutra, e o diretor da empresa Softplan, Ilson Stabile, assinaram no dia 12 deste mês o contrato para implantação do SAJ-PG5 com o processo digital nas comarcas do interior do Estado.

Acompanharam a assinatura o desembargador Torres Marques; o assessor especial do Gabinete da Presidência, juiz André Alexandre Happke; o diretor-geral administrativo, Cleverson Oliveira; os diretores de Tecnologia da Informação (DTI) e de Material e Patrimônio (DMP), Luiz Carlos de Espíndola e Micheline Binotto; o secretário do CG-Info, Marco Túlio de

Camargo Dalberth; e técnicos da empresa.

Durante dois meses, uma equipe multidisciplinar do Tribunal e técnicos da empresa reuniram-se para elaborar um contrato adequado aos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário. Esse estudo foi apresentado na reunião por Giovanni Moresco, assessor da DTI.

Entre os pontos a destacar na implantação do sistema SAJ-PG5, estão economia de recursos - em torno de R\$ 20 milhões/ano já em 2015 (isso apenas em insumos básicos, como papel, grampo e tinta); racionalização de atividades e de tempo de serviço; economia de papel e cuidado com o meio ambiente - para cada 172 processos digitais, uma árvore não precisará ser cortada; e extinção de carga física, entre outros.

Segundo André Happke, a conclusão do trabalho de implantação está prevista para o final de 2014. "O trabalho já começa neste mês", informou. Serão 102 comarcas abrangidas pelo contrato. Em 2013 os trabalhos serão realizados nas comarcas de Curitibaanos, Lages, Tubarão e São Miguel do Oeste e em unidades jurisdicionais vizinhas

dessas quatro comarcas.

Após a apresentação e assinatura, o desembargador Torres Marques fez questão de ressaltar o contrato inovador realizado pelo TJSC, e agradeceu a todos que participaram de sua elaboração. O diretor da Softplan, por sua vez, agradeceu a confiança que o Tribunal depositou na empresa. Ele ressaltou a importância da participação dos técnicos do TJ na elaboração do projeto. "Estamos honrados com a parceria firmada com o Tribunal de Justiça, e iremos nos empenhar para entregar o sistema completo e em pleno funcionamento", assegurou.



Comarca de Tijucas completa 140 anos

A comarca de Tijucas, localizada na região do Vale do Rio Tijucas, completou no dia 24 de julho 140 anos de criação. Criada pela Lei n. 691, de 24 de julho de 1873, a unidade jurisdicional teve como primeiro juiz de direito Honório Teixeira Coimbra.

No intuito de homenagear a comarca e os magistrados que lá judicaram, o juiz e diretor do Foro Rodrigo Coelho Rodrigues elaborou uma lista com todos que lá atuaram.

Atualmente judicam em Tijucas, além do juiz Rodrigo, os magistrados Viviana Gazaniga Maia e Rafael Bruning.



Núcleo III da CGJ realiza inspeções em varas da comarca de São José

O Núcleo III da Corregedoria-Geral de Justiça realizou na última semana inspeção correicional na 1ª e 2ª Varas da Família e na Vara da Infância e Juventude da comarca de São José.

A equipe da Corregedoria, comandada pela juíza-corregedora Maria Paula Kern, iniciou os trabalhos de fiscalização e orientação dos serviços forenses em 13 de agosto, com encerramento previsto no dia 15.



Na última semana do mês de agosto, a equipe do Núcleo III estará na comarca de Tubarão para inspecionar a 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis e a Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude.

Agenda de setembro da AJ já está disponível

Agenda AJ

Setembro
2013

A Academia Judicial (AJ) do Tribunal de Justiça já está com sua agenda de setembro disponível, e em novo formato.

A página inicial da agenda, confeccionada pela Divisão de Artes Gráficas em PDF interativo, indica o nome do curso e o público a que se destina. O campo referente ao evento de interesse, quando acionado, remete às demais informações do curso.

A Agenda AJ sempre indicará a programação do mês seguinte e permanecerá na página eletrônica do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur) - acadjud.tjsc.jus.br - em espaço próprio.

Comissão da CGJ inicia análise de formulários sobre saúde dos magistrados

A Comissão de Saúde da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ) iniciou no dia 12/8 a análise dos dados apresentados por juízes e desembargadores a respeito de questões sobre saúde e bem-estar, para elaboração de um diagnóstico preciso do estado físico e mental dos magistrados em Santa Catarina. A reunião foi aberta pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Vanderlei Romer, e pelo juiz-corregedor Antônio Zoldan da Veiga, que ressaltou o sucesso da pesquisa diante do elevado percentual de questionários respondidos (75%).

Eles creditaram tal participação às visitas às Coordenadorias Regionais da Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC, parceira no projeto. Romer destacou que a pesquisa é pioneira no âmbito dos tribunais estaduais, tanto que, recentemente, a CGJ recebeu do presidente do Colégio Permanente de Corregedores-

Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil um questionário a ser repassado aos magistrados, muito semelhante ao elaborado pela comissão da Corregedoria.

O foco foi a análise do número de respostas a cada item, e a definição de quais devem ser considerados em conjunto para diagnosticar possíveis problemas enfrentados pelos magistrados. Em seguida, a comissão passou a analisar os dados, que foram compilados em uma tabela. O resultado desta análise será encaminhado ao Pleno do TJ, para definição de uma política de saúde voltada à magistratura. Há previsão de ampliação do trabalho para os servidores.

A reunião teve a presença do desembargador Salim Schead dos Santos; do coordenador de Magistrados do Gabinete da Presidência, juiz Marcelo Pizzolati; do diretor de Saúde, Renato Flach; e de assessores da CGJ e representantes da AMC.



CGJ já trabalha na organização do 64º Encoge, a ser realizado na Capital

A Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ) realizou no dia 13 deste mês reunião para organizar o 64º Encoge (Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça), que acontecerá em Florianópolis de 6 a 8 de novembro. Na reunião, foi iniciada a escolha de materiais de divulgação a serem entregues aos participantes. A proposta inicial é de ênfase na questão ambiental e social.

O juiz-corregedor Antonio Zoldan da Veiga coordenou a reunião e destacou a parceria com o Instituto da Terra, que desenvolve oficina de trabalho no Presídio da Capital. A instituição deverá fornecer pastas produzidas por reeducandos a partir da reciclagem de papel. A representante do instituto apresentou os diversos produtos elaborados na oficina. O encontro teve, ainda, a participação do secretário da CGJ, Christiano Carioni, e de técnicos da Corregedoria.



Juiz do PJSC recebe premiações durante mestrado nos Estados Unidos



O juiz Fernando Vieira Luiz retornou dos Estados Unidos com premiações concedidas pela University of Connecticut School of Law. Já na admissão ao mestrado, o magistrado recebeu uma bolsa de estudos de 50% do valor do curso. No segundo semestre de 2012, foi-lhe concedido pela Faculdade de Direito

o "CALI Excellence for the Future Award", prêmio destinado ao melhor aluno da disciplina U.S. Law and Legal Institutions, obrigatória aos alunos estrangeiros.

No primeiro semestre deste ano, foi agraciado com o "Clark-Janis International Scholar Prize", prêmio anual concedido pela Faculdade de Direito também

ao melhor aluno estrangeiro do período. Outra distinção recebida foi o "Victor Schachter '64 Rule of Law Award", que o Centro de Direitos Humanos da Universidade de Connecticut atribui a aluno de elogiável desempenho acadêmico e que tenha preocupação com o estudo de formas não adversariais de resolução de conflitos. A recompensa consistiu em uma estada de seis semanas – totalmente custeada pela universidade - nos Centros de Mediação de Bangalore e de Deli, na Índia.

A formatura do curso ocorreu no dia 19 de maio, oportunidade em que o juiz Fernando atuou como orador e líder dos alunos.

Paralelamente aos estudos no exterior, o magistrado lançou no Brasil, como resultado de uma pesquisa anterior, o livro "Teoria da Decisão Judicial: dos paradigmas de Ricardo Lorenzetti à resposta adequada à Constituição de Lenio Streck", publicado pela Livraria do Advogado.

